

# A CONTRA REVOLUÇÃO ANTES DA REVOLUÇÃO: o golpe de 1964 em Goiás

Carlos Alberto Vieira Borba<sup>1</sup>

Globalização, Relações Políticas, e Trabalhadores: conjecturas e processo histórico.

## Resumo

O objetivo deste trabalho é analisar o golpe militar de 1964 em Goiás partindo do pressuposto que ele foi sendo construído lentamente a partir de uma base sólida que foi formada paulatinamente pela iminente ameaça de uma revolução comunista prestes a desencadear no país. Para a construção dessa mentalidade do comunismo os jornais exerceram um importante papel. As constantes matérias publicadas em alguns periódicos goianos davam e entender que se não houvesse uma ação rápida para conter os comunistas, a revolução seria uma questão de tempo e para reforçar essa ideia as constantes mobilizações dos posseiros e o campo de treinamento organizado no nordeste de Goiás pelas Ligas Camponesas foram amplamente explorados. Esses fatos somados a proposta nacional – desenvolvimentista do governo Mauro Borges (1961 – 1964) que para a direita golpista se tratava de um projeto político de esquerda levou a deposição desse governador e a veemente repressão aos movimentos de luta pela terra em Goiás.

Palavras Chaves: Ligas Camponesas; Mauro Borges; Golpe Militar.

O golpe da direita conservadora de abril de 1964 foi sendo construído lentamente a partir de uma base sólida que foi sendo formado paulatinamente pela iminente ameaça de uma revolução comunista prestes a desencadear no país. O clima de Guerra Fria contribuiu substantivamente para a construção histórica do comunismo como um movimento que visava à anarquia, a desordem, como também pela falta de valores cristãos e acima de tudo provocar um atentado contra a propriedade privada. Logo, qualquer movimento que assumisse esse caráter, deveria ser combatido.

Para a construção dessa mentalidade do comunismo os jornais exerceram um importante papel. As constantes matérias publicadas em alguns periódicos goianos davam e entender que se não houvesse uma ação rápida para conter os comunistas, a revolução seria uma questão de tempo. Esse alarde da imprensa muitas vezes supervalorizava atuação dos movimentos de caráter socialista e de esquerda no Brasil, com o intuito de atemorizar a sociedade civil para que no momento certo, tivesse o apoio dela para a concretização de uma ditadura militar.

Não quero desconsiderar as importantes mobilizações dos comunistas, e dos movimentos de esquerda no Brasil nesse momento, realmente suas atuações principalmente através das Ligas Camponesas com um projeto assumidamente socialista<sup>2</sup> e inclusive com ações concretas em prol da revolução como, a organização de campos de treinamento

---

<sup>1</sup> Mestrando em história social pela Universidade Federal de Uberlândia. Email: carlosborba.historia@gmail.com

<sup>2</sup> Nos documentos a seguir lançado pelas Ligas fica claro o caráter socialista e revolucionário do movimento a partir de 1960, influenciado principalmente pela Declaração de Havana, são eles: Ligas Camponesas do Brasil; Conselho Nacional das Ligas Camponesas do Brasil; Organização Política das Ligas Camponesas do Brasil; esses documentos foram publicados no jornal a Liga e podem ser visualizados também o no livro de Ligas Camponesas de Elide Rugai Bastos.

guerrilheiros confirmam essas hipóteses. Mas, por mais mobilizações e agitações da esquerda que ocorreram no Brasil no período anterior ao golpe 1964, em nenhum momento essas agitações colocaram em risco a hegemonia do Estado burguês, do ponto de vista de uma revolução socialista. No entanto, atribuía-se um grande valor e sensacionalismo e esses movimentos de questionamento ao capitalismo, até mesmo projetos basicamente nacionalistas eram vistos como uma ameaça à ordem e vinculados a um programa de esquerda, na tentativa de justificar uma ditadura militar de direita no Brasil.

O clima de instabilidade política no Brasil vinha desde o suicídio do presidente Getúlio Vargas (1951 – 1954) e da posse de Juscelino Kubistchek, que só assumiu a presidência a partir do esforço de um grupo de militares liderados pelo general Henrique Teixeira Lott. Outro momento delicado foi à conjuntura que se desenvolveu após a renúncia do presidente Jânio Quadros, os rumores sobre a ligação de João Goulart com o comunismo, abriu a possibilidade de um golpe de Estado que viesse impedir a posse deste, sob o argumento de que ele agia teleguiado pelos interesses de Moscou. Durante esse período o país viveu uma grande instabilidade, pois não faltavam grupos políticos que defendessem a ditadura para conter o comunismo personificado na figura de João Goulart. Assim sendo, a grande imprensa ligada a esses grupos começaram a forjar a necessidade histórica de um golpe de Estado para colocar ordem à situação política do país. Essa posição foi adotada pelo jornal *O Estado de São Paulo* conforme reportagem do jornal goiano *O Diário do Oeste*:

O jornal “O Estado de São Paulo”, através de repetidos editoriais publicados nos últimos dias, vem pregando abertamente o golpe, achando que o Brasil está melhor sob uma ditadura, “para se livrar do perigo comunista”. Tem elogiado abertamente o ministro da Guerra, Odílio Denys e o general Cordeiro de Faria, chefe de Estado Maior das Forças Armadas (DIÁRIO DO OESTE, 31/08/1961, p. 3).

Ao que parece além da imprensa que apoiava o golpe, havia também a censura a alguns periódicos do Rio de Janeiro e São Paulo que foram proibidos de veicular notícia contrária ao movimento que visava impedir a posse de João Goulart, de acordo com as denúncias da rede de legalidade conduzida por Leonel Brizola no sul do país, para ele:

(...) a imprensa do Rio de Janeiro e de São Paulo se encontrava amordaçada por uma ‘censura espúria e sem razão de ser’. Nessa denúncia, informou a edição de ontem o matutino carioca ‘Correio da Manhã’ fôra apreendida. Afirmou que o cerceamento da liberdade foi recomendado por Lacerda (DIÁRIO DO OESTE, 30/08/1961).

Em consequência disto, os governadores Leonel Brizola do Rio Grande do Sul e Mauro Borges Teixeira de Goiás, conduziram a Frente de Libertação Nacional para mobilizar forças contra uma possível ofensiva da direita conservadora capitaneada, sobretudo pela União Democrática Nacional (UDN), que tinha como principal personagem dessa conspiração, o governador do Estado da Guanabara, o reacionário Carlos Lacerda.

Em Goiás, o governador Mauro Borges apelou para a população civil para se organizarem através de uma resistência armada na tentativa de conter o golpe de Estado se realmente essas ameaças tendessem a se concretizar e teceu severas críticas a essa conjuração conduzida especialmente pela UDN no afã de levar a cabo um golpe de Estado para impedir a posse de João Goulart. No *Manifesto à Nação*, documento lançado pelo chefe do executivo goiano, ele argumenta que pela Constituição em vigor no país qualquer ação conduzida no sentido de impedir a posse do vice-presidente João Goulart seria espúria e caberia ao povo lutar contra ela:

Se os ministros militares ultrapassarem as raias da legalidade, em que legitimaram suas determinações, estão os subordinados exonerados do dever de obediência, pois a ordem legal difere da inconsciência.

Se a vontade do povo não for respeitada, se tentarem mistificá-la e em seu nome ousarem lançar o País na degradação de uma ditadura, sob a alegação já desmoralizada e a que falta de mérito da originalidade, só nos resta um caminho – fazer o apêlo dos grandes momentos e das grandes crises: a resistência legalista, democrática e patriótica.

Lutemos tão logo seja oportuno e enquanto for possível, pelas formas que se fizerem necessárias, porque, depois de implantado e consolidado o regime de opressão, será muito difícil destruí-lo e restabelecer a legalidade democrática, devolvendo ao povo a sua dignidade conspurcada.

Convocamos a resistência, à repulsa aos aventureiros, a todos os Governadores, Prefeitos e Vereadores que hauriram no consentimento popular a legalidade do seu mandato e cuja vida política passaria agora a depender unicamente do beneplácito de usurpadores.

O povo brasileiro, atingida sua maioria política, consciente de seus destinos, repudia a tutela, tanto no plano interno como no plano externo. (...)

Aos companheiros e ao povo de Goiás, peço para que se mantenham calmos, que aguardemos as decisões do Congresso e dos responsáveis pela manutenção da paz social, pois da atitude deles, dependerá a nossa palavra de ordem (DIÁRIO DO OESTE, 29/08/1961, p. 8).

Essa ameaça de tentar impedir Jango a assumir a presidência negligenciando assim um direito constitucional, acarretou na formação de resistência contra o golpe. No sul ela foi liderada por Brizola, mobilizando as forças do III Exército. No centro-oeste, Mauro Borges foi o responsável pela defesa da legalidade, mobilizando as forças policiais do Estado, como também a sociedade civil e solicitando inclusive armas e munições das casas especializadas desse comércio em Goiás.

Comentários desencontrado corriam, ontem, na cidade, sôbre o número de homens armados de que dispõe o governador Mauro Borges Teixeira, falando-se mesmo em cêrca de cinco mil. Embora as autoridades estaduais se negassem a Polícia Civil, a Polícia Militar, outras corporações e os corpos especiais recentemente organizados (pessoal do fisco e dezenas de funcionários estaduais), o primeiro mandatário goiano já pode dispôr de mais de dois mil homens, número que vai crescendo gradativamente, à medida que chegam a Goiânia os componentes dos destacamentos policiais que se encontravam no interior.

Outra informação conseguida pela reportagem: o Govêrno estadual apreendeu em todas as casas comerciais especializadas desta Capital de Anápolis e outras cidades interioranas, grande número de armas leves e munições, que estão recolhidas para qualquer eventualidade (DIÁRIO DO OESTE, 31/08/1961).

Esses voluntários passaram a receber treinamento militar sob a direção da Polícia Militar do Estado, contando inclusive com um número considerável de mulheres que hipotecaram seu apoio ao governador por meio de um manifesto publicado neste jornal onde assinavam várias mulheres.

Nós, mulheres goianas, reunidas em assembléia, após extensos debates acerca da grave situação que atravessa nosso país e, examinando o chamamento feito por V. Excia., chegamos a conclusão de que os deveres com o Pátria estão acima de nossos problemas individuais. Tocou-nos profundamente o pronunciamento valoroso, patriótico e másculo de V. Excia., bradando contra as fôrças ignóbeis que ameaçam a democracia e ofendem a liberdade dos brasileiros. (...)

Apelamos, outrossim, para o sentimento patriótico da mulher goiana que se una a nós, integrando a fileira de nosso comitê.

Pelo Comitê Constitucionalista Feminino, em prol de nossas liberdades democráticas (DIÁRIO DO OESTE, 2/09/1961, p. 3).

Além da ação empreendida pelo governador de Goiás, os sindicatos, entidades estudantis e diversas organizações sociais no Estado também se mobilizaram em prol da legalidade, inclusive formando comissões que percorrem os bairros da capital goiana no afã de conseguir o maior número de adeptos a defesa do Constituição brasileira. Esses grupos de resistência democrática se reuniam com frequência traçando objetivos e estratégias para entrar em ação quando precisassem (DIÁRIO DO OESTE, 30/08/1961). Em reportagem posterior a essa, líderes sindicais dizem que vão defender a Constituição pegando em armas se necessário.

Contudo apesar de toda instabilidade política, a tentativa de golpe após a renúncia de Jânio Quadros não foi concretizada, pois, a direita golpista não reuniu forças suficientes para concretizar o golpe, porque constitucionalmente era direito de Jango assumir a presidência e para ferir esse direito era necessário a mobilização de grande força militar. E apesar de todo o alarde feito sobre Jango ser comunista não havia ainda argumentos fortes que desse sustentação para o golpe, já que grande parte da população, não aderiu a essa ideia, como ocorreria anos depois, quando este se deparou com vários movimentos contra seu governo. Outro fator que deve ser elucidado, é que apesar do general Cordeiro Faria ter o domínio sobre o IV Exército no nordeste, Leonel Brizola organizou a resistência comandando o III Exército no sul do país, dificultando a consolidação dos anseios da direita golpista. Em suma, o argumento usado pelos grupos políticos que defendiam o golpe, qual seja: a ameaça comunista, não foi nesse momento suficiente para reunir forças em prol desse objetivo. Mas mesmo assim, o movimento golpista conseguiu algumas vitórias, como por exemplo, a implementação do parlamentarismo no Brasil, limitando os poderes do presidente João Goulart.

E apesar do fracasso da tentativa de tomada do poder em 1961, os grupos conservadores continuaram trabalhando no sentido de construir a ideia do comunismo como uma ameaça iminente a ordem, aos valores morais e cristãos, e atemorizando as pessoas cada vez mais sobre esse movimento, levando a crer que a única saída para esse mal, era combatê-lo veementemente. Nesse sentido, os meios de comunicação, um dos grandes responsáveis pela formação ideológica do indivíduo, cumpriram bem essa função e qualquer movimento que propusesse medidas políticas um pouco mais progressistas eram associados ao comunismo.

E a atuação política do governador Mauro Borges assentada principalmente no nacional – desenvolvimentismo passou a ser encarada muitas vezes com desconfianças por setores políticos em Goiás e no Brasil. Assim a Frente de Libertação Nacional (FLN) e a Declaração de Goiânia, que consistia em programas políticos assumidamente nacionalistas eram vistos com desconfiança por vários setores políticos, em especial a UDN, mas também por alguns grupos mais conservadores ligados a oligarquia rural, dentro do próprio partido do governador Mauro Borges - o Partido Social Democrático (PSD). A participação do governador na FLN e a publicação da Declaração de Goiânia que sintetiza os princípios que norteiam aquele movimento provocaram uma forte repercussão e oposição de grupos políticos do PSD. A Declaração de Goiânia criticava os limites do parlamentarismo, a política econômica e financeira do Brasil que é a mesma de outros tempos sendo assim anacrônica e inadequada a realidade nacional, e principalmente criticava a influência e a subordinação de nossa economia aos norte-americanos e dizia ainda sobre a possibilidade de estabelecer comércio com países onde vigorava o socialismo como na União Soviética<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Ver na íntegra a Declaração de Goiânia em DIÁRIO DO OESTE, 22/08/1961, p. 3.

A plataforma política presente na Declaração de Goiânia não feria a legitimidade da constituição brasileira, e nem era um ataque frontal as classes dominantes do país, até porque tanto Brizola como Mauro Borges não eram de esquerda, apesar da oposição em Goiás encabeçada pela UDN e alguns meios de comunicação em muitos momentos tentar criar a imagem do governador goiano como simpatizante das ideias socialistas.

No entanto, essa ação política de Mauro Borges gerou a oposição de D. Fernando Gomes Santos arcebispo metropolitano e um desconforto com membros e grupos de seu partido, como por exemplo, Jaime Câmara diretor municipal do PSD e ex-prefeito de Goiânia por esta sigla partidária e dono do importante jornal *O Popular*, grande responsável pela formação da opinião pública no Estado, que teceu severas críticas ao governador diante o teor do conteúdo da declaração de Goiânia que nada mais era, que medidas nacionalistas moderadas e reformistas, muito diferente, por exemplo, das propostas nacionalistas mais radicais dos rebeldes cubanos, ou de alguns movimentos de esquerda no Brasil, que preponderantemente tinham um programa nacionalista mais radical conflitando com os interesses da burguesia nacional.

Mauro Borges já vinha sofrendo a oposição de alguns setores no seu partido ao tentar implantar um modelo de governo com uma administração planejada e com base em ideias “progressistas” destacando como uma das principais ações do governo os problemas agrários, o que desagradou um grupo de grandes proprietários de terras do PSD, e a participação de Mauro Borges na FLN e os princípios desta não agradaram muito esse grupo conservador deste partido. Outros fatores que culminaram nas divergências entre Mauro Borges e parte do PSD foram à aproximação do governador com os Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) que passou a compor o governo Mauro Borges, como também a participação de indivíduos que estavam inseridos nas lutas dos posseiros contra a grilagem de terras, como é o caso de seus assessores João Neder e Tarzan de Castro, este último estudante e membro das Ligas Camponesas e um dos responsáveis pelo movimento em Goiás.

A composição dessas forças políticas e um programa de governo pautado no planejamento econômico, onde a questão agrária tinha um peso importante para o seu sucesso, acentuou as divergências entre Mauro Borges com grupos mais conservadores de seu partido. Com efeito, procurou-se construir a imagem do governador como um político de esquerda, ou que fazia concessões ao comunismo, além de cogitarem sua participação nesses movimentos, já que membros do seu gabinete estavam envolvidos na mobilização de camponeses na luta pela terra no norte de Goiás.

A oposição aproveitava-se de alguns fatos para promover o sensacionalismo vinculando Mauro com os comunistas, como por exemplo, a vinda do deputado e dirigente das Ligas Camponesas de Pernambuco – Francisco Julião. A repercussão que tomou esse evento por ocasião da vinda deste para Goiás e por ser tratado como hóspede do governo goiano tomou grandes proporções, como mostra a seguinte matéria “O governador Mauro Borges afirmou que não convidou o deputado Francisco Julião para visitar Goiás. Suas despesas foram pagas pelo governo apenas porque todos os deputados que visitam Goiás são considerados ‘hóspedes oficiais’ do estado” (O POPULAR, 1961).

Não compactuo desta ideia de que Mauro estaria atrelado com um projeto de esquerda, o objetivo dele ao aproximar dos movimentos sociais no campo e dessas forças políticas era principalmente ter uma base forte de sustentação a seu governo. De acordo com Rabelo (2004), Mauro Borges procurava no meio rural as bases de sustentação de seu governo, já que nesse período o movimento operário em Goiás era insignificante e como havia uma oposição por um grupo dentro de seu partido, o governador goiano precisa de uma base de apoio. Além disso, Mauro Borges exerceu uma forte repressão aos movimentos de luta pela terra em Goiás no início da década de 1960 posicionando-se sempre ao lado dos grandes proprietários de

terras e de empresários que aproveitavam a especulação imobiliária do Estado em decorrência da criação de Brasília e do eixo rodoviário construído para ligar e integrar as regiões mais isoladas as regiões mais industrializadas.

### **A luta pela terra em Goiás: o espectro do comunismo ronda o Brasil**

Os conflitos de terras se tornam muito comuns no norte de Goiás, região repleta de terras devolutas, sendo fácil o acesso a terra, inclusive o próprio Estado fazia propaganda sobre a facilidade de se apossar de uma gleba nessa região, a partir da década de 1940 e 1950. No entanto, o impacto causado pela construção de Brasília e por uma série de rodovias, em especial a Belém – Brasília, que cortava o norte de Goiás, valorizando essas terras em decorrência da possibilidade aberta com esse processo, de escoar a produção e integrar a região ao mercado capitalista, culminou em intensos conflitos sobre diferentes grupos que tinham concepções diferentes acerca do direito da terra.

Esses conflitos ganhavam uma grande dimensão nos meios de comunicação em Goiás e muitos destes tentavam mudar o foco do problema que era a grilagem de terras de um grupo de pessoas que queriam aproveitar esse rentável mercado, para o fato de que essas agitações eram resultado de agitadores que ludibriavam esses inocentes posseiros ou procuravam retirar qualquer legitimidade de sua luta ponderando que suas ações eram um atentado contra a propriedade privada, já que esses grileiros se respaldavam num título fabricado.

Assim, os posseiros que partiam de experiências comuns, quais sejam: a negação do acesso a terra e a constante migração em busca de um quinhão de terra onde pudessem reproduzir sua vida em melhores condições, a vivência de outras formas de exploração que limitavam sua autonomia produtiva como, por exemplo, o arrendo, a parceria, o trabalho assalariado, a possibilidade de adquirir terras devolutas através de uma propaganda do governo de Goiás, desenvolveram uma noção comum do direito as terras ocupadas forjando uma identidade comum entre essas pessoas no momento em que a luta de classes recrudescia na região.

A luta dos posseiros não se orientavam no sentido de realizar uma revolução socialista, mas de se manterem em suas terras que há tempos viviam, e que com o suor do seu rosto, viram nascer os primeiros frutos do seu trabalho. Com base nessas experiências resistiram à violência marcante do processo de expropriação de suas terras, através da luta armada. No entanto, essas lutas como já foi falado, era muitas vezes dissociada do real problema a questão agrária, a concentração de terras, a ambição de grupos econômicos que queria lucrar com o lucrativo mercado de terras no norte de Goiás, para um movimento que ameaçava a ordem e a propriedade privada e muitas vezes associado à ameaça iminente do comunismo no Brasil.

A atuação das Ligas Camponesas em Goiás junto aos movimentos dos posseiros foi alvo também de uma intensa campanha dos periódicos de que o comunismo era algo a ser combatido. Nos primeiros rumores de que um emissário de Julião viria a Goiás contactar os camponeses desse Estado, criou-se uma forte campanha contra sua vinda e inclusive foi divulgado pelo jornal *Diário da Tarde* uma matéria que dizia que a polícia federal já havia uma ordem de prisão contra ele:

Estaria em Goiânia um representante do deputado Francisco Julião, Líder das Ligas camponesas, e que estaria tratando de entrar em contato com os camponeses goianos para que sejam levados a cabo movimentos de libertação iguais aos surgidos em Pernambuco.

Fontes oficiais, ligadas ao chefe de polícia do Distrito Federal, dão conta que o sr. Riváavia Xavier Nunes Secretário de Segurança Pública teria recebido ofício da

polícia federal, instruindo-o a prender o representante de Julião(DIÁRIO DA TARDE, (21/06/1961, p. 8).

Na mesma reportagem diz que representantes do Ponto IV da Aliança Para o Progresso acordo realizado entre Brasil e Estados Unidos, que é responsável pelos assuntos de ordem, estariam na capital para que o emissário de Julião fosse detido. Se de fato a informações fossem verídicas, as ligas tomaram conhecimento do acontecido e evitaram a vinda deste, já que não houve prisão de ninguém ligado as Ligas Camponesas. Essa tentativa de impedir a vinda do emissário das Ligas mostra como o comunismo era visto como uma ameaça iminente, e mesmo que a ordem de prisão fosse um rumor para intimidar uma tentativa de organização das Ligas em Goiás, essa ação mostra o intenso combate a essa ideologia<sup>4</sup>.

Vale destacar que as Ligas Camponesas desde 1959, momento em que conseguiu o direito das terras em litígio no Engenho da Galiléia em Pernambuco, e a dimensão que ganhava este movimento no nordeste, despertou a preocupação dos Estados Unidos que passou a observar de perto sua atuação, inclusive com a infiltração de agentes da CIA na missão da USAID no nordeste, e no movimento dos trabalhadores rurais no afã de conter as pretensões revolucionárias no nordeste (PAGE, 1972, 151 – 175). Segundo Page (1972, p. 175), “Parecia haver troca de informações secretas entre agentes de segurança dos Estados Unidos e do Brasil”. E as acusações de Julião de que os norte-americanos compraram da polícia cópias de arquivos de líderes camponeses locais (PAGE, 1972, p. 75) parece ter procedência, já que, Leonel Brizola como mostra a reportagem a seguir também fez a mesma denúncia de que isto ocorreu no Rio Grande do Sul.

O governador Leonel Brizola, do Rio Grande do Sul, fêz grave denúncia do governo norte-americano, por êste haver lhe proposto, por intermédio de representantes, a compra da Divisão de Ordem Política e Social.

Afirmou o sr. Leonel Brizola que os fichários do DOPS seriam comprados por 1 milhão de dólares. A recompensa seria entregue ao governo brasileiro através do Ponto 4 (DIÁRIO DO OESTE, 28/07/1960).

A interferência dos Estados Unidos através do Ponto IV não se restringiu a essas regiões, e ao que parece foi bem intensa, porque em Goiás funcionários do Ponto IV vieram investigar supostas atividades subversivas, o que acarretou numa forte oposição dos membros da Agência Goiana de Imprensa.

A respeito da estada de funcionários do Ponto IV dos Estados Unidos em Goiás, investigando atividades subversivas em nosso meio, o que vem motivando protestos, a reportagem foi procurada, ontem pelo sr. Geraldo de Araújo Vale, presidente da Associação Goiana de Imprensa que nos declarou o seguinte:

Na AGI êles não entrarão de jeito nenhum. (...) Se os americanos querem combater o comunismo, acabem com o partido em seu país, onde tem existência legal e cortem relações diplomáticas e comerciais com a Rússia (DIÁRIO DO OESTE, 17, 05, 1961).

Essa tensão sobre o comunismo em Goiás aumentou com a atuação das Ligas Camponesas, os discursos inflamados de Francisco Julião pregando a reforma agrária radical e suas viagens no Estado junto com José Porfirio conhecido líder camponês da revolta de

---

<sup>4</sup> O líder comunista Luís Carlos Prestes também foi proibido de vir a Goiás, em uma discussão na câmara municipal de Goiânia, onde perdeu por 8 votos a 7 (DIÁRIO DA TARDE, 2/08/1959, p. 8).

Trombas e Formoso, geraram reações nervosas da imprensa, que utiliza-se dos periódicos para manipular a opinião pública contra o movimento e contra o comunismo. As pregações de Julião também provocaram reações por parte dos grandes proprietários de terras de Goiás que na figura da Sociedade Goiana de Pecuária exigiu uma atitude do governador Mauro Borges bem como do governo federal enviando inclusive um telegrama ao premier – Tancredo Neves para que tomasse alguma atitude contra as demagogias de Julião (5/01/1962, p. 3).

A vinda de outro dirigente das Ligas – padre Alípio, para Goiás não foi diferente, segundo ele a revolução no Brasil estava para acontecer, e afirmava a necessidade história dela para o avanço país, provocando as mesmas reações das elites goianas.

A descoberta dos campos de treinamento guerrilheiro das Ligas Camponesas no nordeste de Goiás, na cidade de Dianópolis, foi outro evento que serviu para promover um alarde da atuação dos comunistas no Brasil e indicavam a real iminência de uma tentativa de levar a cabo uma revolução socialista, pois o objetivo deste e dos outros campos de treinamento guerrilheiros idealizado pelas Ligas em outras regiões do Brasil era preparar-se para uma possível tomada do poder, partindo principalmente da experiência da revolução cubana. Outro fator que agravou a polêmica em torno da descoberta dos campos de treinamento, foi à descoberta da participação direta de Cuba, patrocinando em dinheiro o movimento para que pudessem comprar armas e desenvolver uma estrutura necessária para o êxito desses dispositivos militares. Além do investimento em dinheiro, os cubanos também forneceram treinamento de guerrilha para membros das Ligas Camponesas que algumas vezes foram a este país, no intuito de conhecer melhor sua realidade, o que empolgou os membros desse movimento, pois a realidade em Cuba e o processo revolucionário neste país tinham algumas semelhanças com a luta dos camponeses do Brasil, quais sejam: uma economia agrário-exportadora baseado no latifúndio, monocultura e relações de trabalho pré-capitalistas no campo, e teve como base o campesinato.

Mas o alarme criado sobre a descoberta do campo de treinamento guerrilheiro em Dianópolis foi muito maior do que o perigo efetivo a ordem do país que este organismo poderia oferecer. Isto porque, não contavam com um grande número de pessoas, a área escolhida para o desenvolvimento da guerrilha não era muita propícia para esse fim, entre outras coisas. Sobre a supervalorização desse evento o jornalista Edison Hermano do *Diário do Oeste* disse que:

A imprensa tem uma predileção doentia por noticiário que envolva guerras, lutas, revoluções seja na Europa, na Ásia, na América. E, quando não existe qualquer acontecimento que envolva forças armadas, que levante a hipótese de tiros de derramamento de sangue, os jornais as vezes inventam coisas correlatas.

Ainda agora neste grotesco episódio de Dianópolis das guerrilhas, engendradas por alguém cujo nome ainda não apareceu embora se diga que foi instaurado inquérito a respeito, certa imprensa está dando vasão à sua morbidez marvôrtica. Repórteres enviados ao norte, que não se sabe se teriam ido mesmo às “bases da operação” dos sanguinários “guerrilheiros” trazem sensacionalismo para os órgãos que pertencem e estes abrem gordas manchetes para magnetizar o povo em torno de um caso que, se aconteceu foi enormemente deturpado (DIÁRIO DO OESTE, 10/12/1962, p. 3).

## **Conclusão**

O golpe de Estado de abril de 1964 foi construído lentamente, principalmente a partir da ameaça iminente de uma revolução comunista no Brasil, onde os golpistas aproveitaram da intensa mobilização social no Brasil nesse momento para supervalorizar a atuação desses movimentos alertando sobre o risco de que se não agissem para contê-lo o caminho do Brasil seria o mesmo de Cuba - a revolução socialista.

Aproveitaram do projeto nacionalista de João Goulart que para a época e pela conjuntura do momento era bastante radical, embora não tivesse a pretensão nenhum de levar a cabo uma revolução que pusesse em xeque o capitalismo, para forjar a ideia de que João Goulart era ligado ao comunismo. Como havia uma imagem totalmente distorcida desse movimento construída no período de confrontos ideológicos – a Guerra Fria – onde o socialismo estava sempre associado a pessoas que eram contrárias aos valores cristãos, a guerrilheiros sanguinários e assassinos contrários a democracia.

Em Goiás a atuação de Mauro Borges e sua suposta conivência com os movimentos sociais no campo levaram a sua deposição em novembro de 1964 mesmo tendo este governador reprimido intensamente movimentos de luta pela terra. E com efeito, os movimentos de luta pela terra em Goiás após o golpe sofreram duro golpe, inclusive o deputado estadual José Porfírio, líder camponês foi mais uma das vítimas que desapareceram nas mãos dos militares.

### **Referências Bibliográficas**

AUED, Bernardete Wrublewski. *A vitória dos vencidos: (Partido Comunista Brasileiro - PCB - e Ligas Camponesas 1955-64)*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1986. 179 p.

AZEVÊDO, Fernando Antônio. *AS LIGAS CAMPONESAS*. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1982.

BASTOS, Elide Rugai. *As ligas camponesas*. Petrópolis [RJ]: Vozes, 1984. 141 p.

BORGES, Barsanufu Gomides. *Goiás nos quadros da economia nacional, 1930-1960*. Goiânia: Editora UFG, 2000. 172 p.

BORGES, Mauro. *O Golpe em Goiás: História de uma grande traição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

CAMPOS, Itami. *Questão Agrária: Bases sociais da política goiana (1930-1964)*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

PAGE, Joseph A. *A REVOLUÇÃO QUE NUNCA HOUVE: o nordeste do Brasil 1955 – 1964*. Rio de Janeiro: Record, 1972.

RABELO, Francisco Chagas. Mobilização social e tradicionalismo político em Goiás (Governo Mauro Borges, 1961 – 1964). In: SOUZA, Dalva Borges de (Org). *Goiás: Sociedade e Estado*. Goiânia: Cãnone Editorial, 2004, págs. 85 a 130.

SOUZA, Dalva Maria Borges de Lima Dias de. *1964 em Goiás: o ovo da serpente (militares e proprietários de terras na gestação da ditadura)*. Goiânia: UFG, 1990.